

Prova Contador Jr – Contabilidade Geral

Pessoal, estamos aqui apresentando a resolução da prova de Contabilidade Geral para o cargo de Contador Jr, realizada no dia 18/03 pela banca Cesgranrio. Uma boa prova, explorando diversos pronunciamentos contábeis, como alertamos. Ficamos felizes, pois vimos diversas questões como as que caíram em prova nos nossos cursos. Desejamos do fundo do coração que vocês tenham obtido um bom desempenho.

Postei no final do arquivo as questões sem comentários para quem quiser treinar com simulado!

Para quem não conhece ainda nosso curso de questões Comentadas da Cesgranrio, é só clicar neste link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/contabilidade-cesgranrio-41-questoes-comentadas-gratis/>

***Aqueles que semeiam com lágrimas, com cantos de alegria colherão.
Aquele que sai chorando enquanto lança a semente, voltará com cantos de
alegria, trazendo os seus feixes. SL 126: 5 e 6***

Professor Julio Cardozo



1 RESOLUÇÃO DA PROVA

21. Uma entidade precisa aplicar uma nova política contábil. Todavia, não pode determinar o efeito cumulativo da aplicação da política a todos os períodos anteriores.

Dessa forma, segundo o pronunciamento técnico CPC 23, que trata das políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a nova política contábil deve ser aplicada

(A) retrospectivamente a todos os períodos, considerando-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores.

(B) prospectivamente desde o início do período mais antigo praticável, ignorando-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores.

(C) inicialmente a partir do período atual, mesmo que seja praticável aplicar, de forma prospectiva, a nova política a qualquer período anterior.

(D) a partir do período atual, ignorando-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores.

(E) retrospectivamente a todos os períodos, ignorando-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores.

Comentários:

O CPC 23 afirma que:

25. Quando for **impraticável** determinar o **efeito cumulativo**, no início do período corrente, da aplicação da nova política contábil a todos os períodos anteriores, a entidade deve ajustar a informação comparativa para aplicar a nova política contábil **prospectivamente a partir do período mais antigo que for praticável**.

A regra é que um erro de período anterior deva ser corrigido por **reapresentação retrospectiva**, salvo quando for impraticável determinar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo do erro. Nesse caso, a entidade deve retificar os saldos de abertura de ativos, passivos e patrimônio líquido para o período mais antigo para o qual seja praticável a reapresentação retrospectiva (que pode ser o período corrente).

Quando for impraticável determinar o efeito cumulativo, no início do período corrente, de erro em todos os períodos anteriores, a **entidade deve retificar a informação comparativa para corrigir o erro prospectivamente a partir da data mais antiga praticável**.

Gabarito → B

27. J atua em determinada companhia no setor de acompanhamento do mercado acionário. A companhia resolve emitir ações preferenciais sem direito a voto. Nesse caso, de acordo com a Lei no 6.404/1976, somente serão tais ações admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários, se a elas for atribuída pelo menos uma de um conjunto de preferências ou vantagens.

Uma delas é o direito de participar do dividendo a ser distribuído, calculado segundo critério definido na mesma norma, correspondente a, pelo menos,



- (A) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício por tempo de serviço
- (B) 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício
- (C) 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício
- (D) 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício
- (E) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício

Comentários:

A LSA em seu art. 17 afirma que:

Art. 17. § 1º Independentemente do direito de receber ou não o valor de reembolso do capital com prêmio ou sem ele, as ações preferenciais sem direito de voto ou com restrição ao exercício deste direito, **somente serão admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários se a elas for atribuída pelo menos uma das seguintes preferências ou vantagens:**

I - direito de participar do dividendo a ser distribuído, **correspondente a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento)** do lucro líquido do exercício, calculado na forma do art. 202, de acordo com o seguinte critério:

a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste inciso correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação; e (Incluída dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea a;

II - direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária;

III - direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Gabarito→E

28 P é Contador e coordena um grupo que deve organizar, nos termos da Lei no 6.404/1976, a fixação do preço de emissão das ações sem valor nominal de determinada companhia, diante de aumento de capital. Nos termos da Lei referida, caberá a fixação do preço à

- (A) Presidência
- (B) Assembleia-geral
- (C) Diretoria
- (D) Comissão de Valores Mobiliários
- (E) Secretaria-Geral

Comentários:

Para resolvermos essa questão, devemos conhecer o art.14 da Lei 6404/76:



Art. 14. O preço de emissão das ações sem valor nominal será fixado, na **constituição da companhia**, pelos **fundadores**, e no **aumento de capital**, pela **assembleia-geral ou pelo conselho de administração** (artigos 166 e 170, § 2º).

Gabarito→B

29 O senhor P deseja constituir uma companhia. Nos termos da Lei no 6.404/1976, a constituição dessa companhia depende do cumprimento de requisitos preliminares, sendo um deles a

(A) subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.

(B) realização, como entrada, de cinco por cento, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

(C) subscrição, pelo menos por três pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.

(D) realização, como entrada, de dois por cento, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

(E) subscrição, pelo menos por quatro pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.

Comentários:

Mais uma questão que exigia conhecimentos da lei 6404/76:

Art. 80. A constituição da companhia depende do cumprimento dos seguintes requisitos preliminares:

I - subscrição, pelo menos por 2 (duas) pessoas, de **todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto;**

II - realização, como entrada, de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro;

III - depósito, no Banco do Brasil S/A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro.

Parágrafo único. O disposto no número II não se aplica às companhias para as quais a lei exige realização inicial de parte maior do capital social.

Gabarito→A

30 Em 01/01/2017, o saldo do Patrimônio Líquido da Companhia NA S.A. era de R\$ 300.000.000,00. Ao longo do ano de 2017, seu Patrimônio Líquido apresentou as seguintes mutações:

- 01/05/2017 - Incorporação das Reservas já existentes ao Capital: R\$ 5.000.000,00
- 01/06/2017 - Compra de ações da própria Companhia: R\$ 1.000.000,00
- 01/07/2017 - Integralização de Capital em dinheiro: R\$ 15.000.000,00
- 31/12/2017- Lucro Líquido do Período: R\$ 40.000.000,00, sendo 25% destinados para os dividendos obrigatórios a serem pagos em 2018, e o restante para as Reservas de Lucro.



No fechamento do exercício, em 31/12/2017, o saldo do Patrimônio Líquido, em reais, foi de

- (A) 344.000.000,00
- (B) 345.000.000,00
- (C) 346.000.000,00
- (D) 349.000.000,00
- (E) 354.000.000,00

Comentários:

Vamos analisar se os fatos contábeis apresentados alteram o valor total do Patrimônio Líquido:

- 01/05/2017 - Incorporação das Reservas já existentes ao Capital: R\$ 5.000.000,00.

Não há aumento do total do Patrimônio Líquido; a alteração é apenas qualitativa.

- 01/06/2017 - Compra de ações da própria Companhia: R\$ 1.000.000,00

A aquisição de ações em tesouraria é registrada em conta retificadora do Patrimônio Líquido, assim, temos a **diminuição do PL** em R\$ 1.000.000,00.

- 01/07/2017 - Integralização de Capital em dinheiro: R\$ 15.000.000,00

Aumento do Patrimônio Líquido em R\$ 15.000.000,00.

- 31/12/2017-Lucro Líquido do Período: R\$ 40.000.000,00, sendo 25% destinados para os dividendos obrigatórios a serem pagos em 2018, e o restante para as Reservas de Lucro.

Temos aumento do Patrimônio Líquido de R\$ 40.000.000,00 pela apuração do Lucro Líquido., mas temos a diminuição pelo valor dos dividendos:

Cálculo do Dividendo Obrigatório: 25% de 40.000.000= R\$10.000.000,00 (**OBS: não há necessidade de ajustar a Reserva Legal**).

Patrimônio Líquido Inicial	R\$	300.000.000,00
(-) Ações em Tesouraria	-R\$	1.000.000,00
(+) Integralização de Capital Social	R\$	15.000.000,00
(+) Lucro Líquido	R\$	40.000.000,00
(-) Dividendos	-R\$	10.000.000,00
Patrimônio Líquido Final	R\$	344.000.000,00

Gabarito→A

31 A Companhia Vende Mais, uma revendedora de móveis localizada na cidade do Rio de Janeiro, detinha, em 31 de dezembro de 2017, um total de estoques de R\$ 50.000,00. Devido à crise que se instalou na cidade, em 4 de fevereiro de 2018, a Companhia conseguiu vender R\$ 10.000,00 desse estoque. Sabe-se que a administração da Companhia tem até o dia 14 de janeiro de 2018 para concluir as demonstrações



contábeis do período finalizado em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de janeiro de 2018, a diretoria autorizou a emissão das demonstrações contábeis. A assembleia geral dos acionistas (AGO) realizada em 17 de fevereiro de 2018 aprovou as demonstrações contábeis, as quais foram arquivadas à agência reguladora em 27 de fevereiro de 2018.

Qual deve ser a posição da Companhia com relação à venda de parte do estoque no que tange aos eventos subsequentes?

(A) As demonstrações contábeis de 2017 não devem ser ajustadas, pois, mesmo a venda de parte do estoque sendo um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis por conta de sua natureza, o mesmo aconteceu após o fechamento do exercício de 2017.

(B) As demonstrações contábeis de 2017 não devem ser ajustadas, pois, mesmo a venda de parte do estoque sendo um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis por conta de sua natureza, o mesmo aconteceu após as demonstrações terem sido autorizadas para emissão.

(C) As demonstrações contábeis de 2017 devem ser ajustadas, pois a venda de parte do estoque é um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis por conta de sua natureza e aconteceu antes das demonstrações contábeis terem sido aprovadas pela AGO.

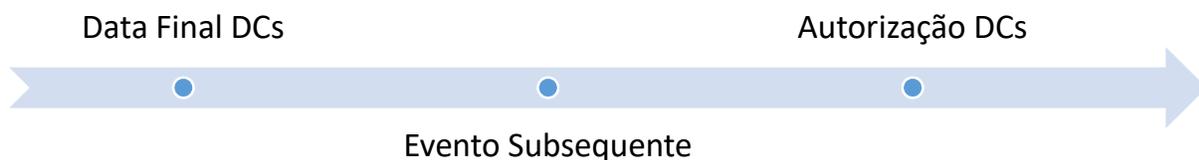
(D) As demonstrações contábeis de 2017 devem ser ajustadas, pois a venda de parte do estoque é um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis por conta de sua natureza, e aconteceu antes das demonstrações contábeis terem sido arquivadas à agência reguladora.

(E) As demonstrações contábeis de 2017 devem ser ajustadas, pois a venda de parte do estoque é um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis, por conta de sua natureza, independente do período de ocorrência do evento.

Comentários:

CABE RECURSO!

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

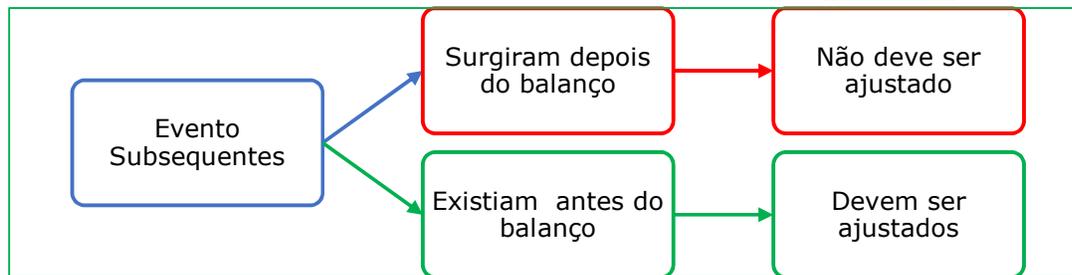


Dois tipos de eventos podem ser identificados:

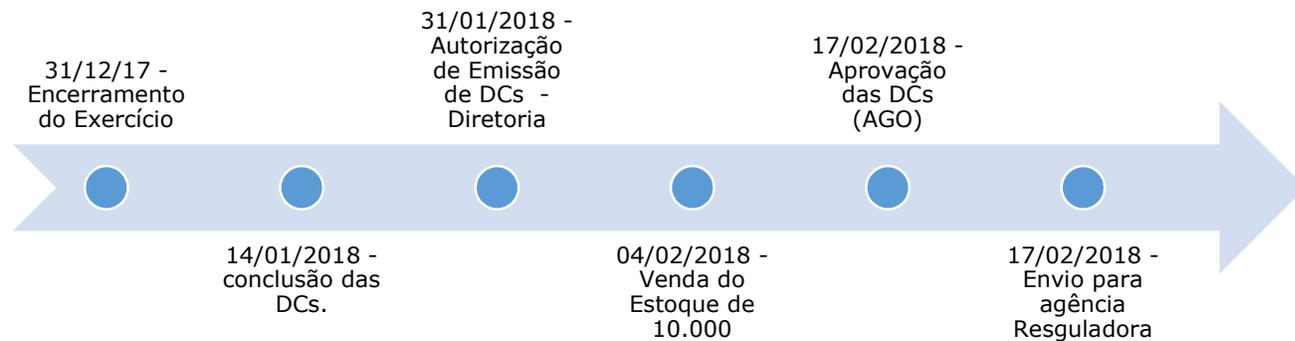
(a) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);

(b) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).





Para visualizarmos melhor os fatos que ocorreram, vejamos essa linha do tempo:



Percebam que a questão fala que houve autorização para emissão por parte da diretoria e, posteriormente, a Assembleia Geral dos Acionistas. Qual das duas datas é a referência para data de aprovação? O CPC 24 responde:

5. Em algumas circunstâncias, as entidades têm que submeter suas demonstrações contábeis à aprovação de seus acionistas após sua emissão. Em tais casos, consideram-se as demonstrações contábeis como autorizadas para **emissão na data da emissão** e **não na data em que os acionistas aprovam as demonstrações**.

Portanto, não devem demonstrações contábeis de 2017 não devem ser ajustadas, pois, a venda de parte do estoque após as demonstrações terem sido autorizadas para emissão.

O gabarito apontado pela banca foi "B", mas entendemos que há uma impropriedade ao afirmarmos que a venda do estoque é, nesse caso, um evento que gera ajustes. Além disso, a assertiva A também está correta.

Gabarito→B

32 A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

- (A) 50.000,00
- (B) 60.000,00
- (C) 260.000,00
- (D) 310.000,00
- (E) 410.000,00

Comentários:

O CPC 25 define que Passivo contingente é:

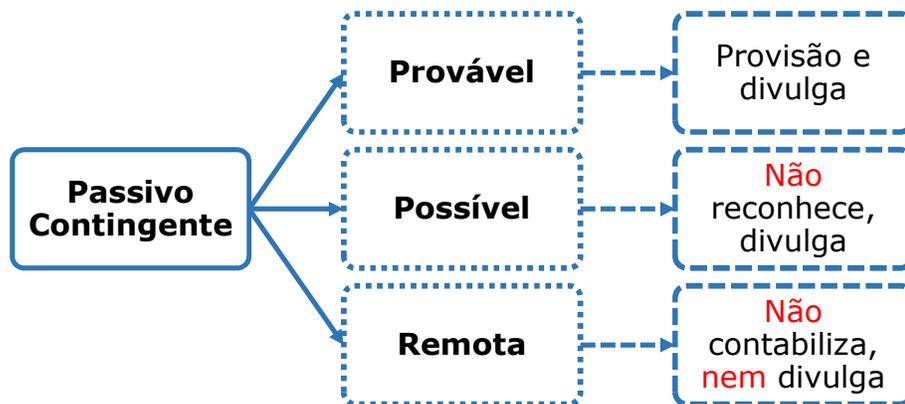
(a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada** apenas pela **ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade**; ou

(b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, mas que **não é reconhecida** porque:

(i) **não é provável** que uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos seja exigida para **liquidar a obrigação**; ou

(ii) o valor da **obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade**

Além disso, baseados no CPC25 temos que:



Vamos, agora, efetuar a classificação de cada evento apresentado e assim verificarmos quais serão divulgados em Notas Explicativas como provisão:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;

Trata-se, na verdade, de um **passivo** e não passivo contingente. Não nos interessa;

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;

Aqui estamos diante de um Passivo Contingente, pois é obrigação presente, resultante de eventos passados **não há confiabilidade da mensuração.**

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;

Trata-se de um Passivo Contingente, visto que é uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos.

- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Trata-se de um Passivo Contingente, pois atende à condição prevista no CPC 25.

Portanto, o total reconhecido como Passivo Contingente e divulgado pela empresa será:
 $60.000 + 200.000 + 50.000 = R\$ 310.000,00$

Gabarito→D

33 Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 09, a Demonstração do Valor Adicionado é formada por duas partes: a primeira, responsável por apresentar de forma detalhada a riqueza criada pela entidade, e a segunda, que apresenta de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída.

Associe os principais componentes da segunda parte da DVA com as informações que constam em cada componente e que estão apresentadas a seguir.

I – Pessoal	P - Aluguéis
II – Impostos, Taxas e Contribuições	Q - Lucros Retidos
III – Remuneração de Capital de Terceiros	R - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IV – Remuneração de Capital Próprio	S - Energia Elétrica
	T - 13o Salário

As associações corretas são:

- (A) I - P , II - R , III - S , IV - T
- (B) I - R , II - Q , III - P , IV - T
- (C) I - R , II - Q , III - S , IV - T
- (D) I - T , II - R , III - P , IV - Q
- (E) I - T , II - R , III - S , IV - Q

Comentários:



O CPC 09 trouxe um modelo básico de DVA, aplicável às empresas em geral, o que vemos a seguir:

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
1 - Receitas		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
2 - Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		
4 - Retenções: Depreciação, amortização e exaustão		
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)		
8 - Distribuição do valor adicionado (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 - F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 - Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 - Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Agora vamos efetuar as devidas correlações:

P – Aluguéis - **III – Remuneração de Capital de Terceiros**

Q - Lucros Retidos - **IV – Remuneração de Capital Próprio**

R - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - **II – Impostos, Taxas e Contribuições**

S - Energia Elétrica (Insumos Adquiridos de Terceiros – não possui correlação)

T - 13o Salário - **I – Pessoal**

Gabarito→D

36 A Companhia TributaPetro S.A. está fechando seu exercício social de 2017, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 300.000,00

Adições Temporárias: R\$ 30.000,00

Adições Definitivas: R\$ 20.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 10.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 50.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32 (itens 71 e 74).

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

(A) 91.800,00 e 10.200,00

(B) 91.800,00 e 3.400,00

(C) 98.600,00 e 3.400,00

(D) 98.600,00 e 6.800,00

(E) 108.800,00 e 6.800,00

Comentários:

De acordo com o Princípio Contábil da Competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, a despesa de Imposto de Renda deve ser reconhecida nesse mesmo



período, ainda que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais, ou seja, o Imposto de Renda incidente sobre elas será pago em períodos futuros.

A entidade deve reconhecer esses efeitos fiscais por meio da contabilização do passivo fiscal diferido, no exercício em que ocorrer.

Ressalte-se que o diferimento do Imposto de Renda é feito somente para fins fiscais no LALUR, não alterando o lucro líquido na contabilidade, pois em função do regime de competência, na contabilidade não há postergação do reconhecimento do resultado.

Nesses casos, a receita ou o lucro já foram registrados contabilmente pelo regime de competência e a despesa de Imposto de Renda também deve ser reconhecida no mesmo período, mediante crédito na conta de Provisão para Imposto de Renda Diferido, classificada no Passivo Circulante ou no Passivo Não Circulante e débito na conta de despesa de Imposto de Renda no Resultado.

Quando a receita ou o lucro se tornarem tributáveis, o valor constante da conta de Provisão para Imposto de Renda Diferido será transferido para a conta de Provisão para Imposto de Renda no Passivo Circulante, não alterando o resultado desse período.

Esses registros de Imposto de Renda Diferido também podem ocorrer em conta de ativo, denominada Ativo Fiscal Diferido.

Alguns termos apresentados na resolução devem ser levados para a prova, quais sejam:

- ✚ Resultado contábil é o lucro ou prejuízo para um período antes da dedução dos tributos sobre o lucro.
- ✚ Tributo corrente é o valor do tributo devido (recuperável) sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período.
- ✚ Passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às **diferenças temporárias tributáveis**.
- ✚ Ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a:
 - (a) **diferenças temporárias dedutíveis;**
 - (b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e
 - (c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

Para encontrarmos o Imposto de Renda Corrente, somamos todas as adições e retiramos as exclusões:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social:	R\$300.000,00
Adições Temporárias:	R\$30.000,00
Adições Definitivas:	R\$20.000,00
Exclusões Temporárias:	-R\$10.000,00
Exclusões Definitivas:	-R\$50.000,00
Base de Cálculo	R\$290.000,00
IR Corrente (34%)	R\$98.600,00

Para encontrarmos o Imposto Diferido, usamos somente as adições e exclusões temporárias:

Adições Temporárias:	R\$30.000,00
Exclusões Temporárias:	-R\$10.000,00
Base de Cálculo	R\$20.000,00
IR Corrente (34%)	R\$6.800,00

Gabarito→D

37 Ao elaborar sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, a NE S.A. apurou alguns saldos de suas contas:

- Dinheiro em caixa: R\$ 9.000,00
- Conta Corrente no Banco T: R\$ 200.000,00
- Investimentos em Poupança: R\$ 70.000,00
- Contas a Receber de Clientes, com vencimento em 7 dias: R\$ 90.000,00
- CDB - Certificado de Depósito Bancário, com 30 dias de carência: R\$ 500.000,00
- Contas a Receber de Clientes, com vencimento em 80 dias: R\$ 400.000,00
- Fundos de Investimentos, com 5 anos de carência: R\$ 8.000,00

Sendo assim, para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o total a ser apresentado como Caixa e Equivalentes de Caixa, em reais, é de

- (A) 209.000,00
- (B) 779.000,00
- (C) 869.000,00
- (D) 1.269.000,00
- (E) 1.277.000,00

Comentários:

O CPC 03 afirma que os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter **convertibilidade imediata** em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um **insignificante risco de mudança de valor**. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem **vencimento de curto prazo**, por exemplo, **três meses ou menos, a contar da data da aquisição**. Os investimentos em instrumentos patrimoniais (de patrimônio líquido) não estão contemplados no conceito de equivalentes de caixa, a menos que eles sejam, substancialmente, equivalentes de caixa, como, por exemplo, no caso de ações preferenciais resgatáveis que tenham prazo definido de resgate e cujo prazo atenda à definição de curto prazo.

Diante dos expostos, vamos fazer a classificações corretas:

- Dinheiro em caixa: R\$ 9.000,00 → **Equivalente de Caixa**
- Conta Corrente no Banco T: R\$ 200.000,00 → **Equivalente de Caixa**
- Investimentos em Poupança: R\$ 70.000,00 → **Equivalente de Caixa (tem convertibilidade imediata, como regra)**
- Contas a Receber de Clientes, com vencimento em 7 dias: R\$ 90.000,00 → **Não é Equivalente de Caixa**



- CDB - Certificado de Depósito Bancário, com 30 dias de carência: R\$ 500.000,00→ Equivalente de Caixa (tem vencimento no curto prazo, menos de três meses).
- Contas a Receber de Clientes, com vencimento em 80 dias: R\$ 400.000,00 **Não é Equivalente de Caixa**
- Fundos de Investimentos, com 5 anos de carência: R\$ 8.000,00 **Não é Equivalente de Caixa**

Total de Equivalentes de Caixa		
Dinheiro em caixa	R\$	9.000,00
Conta Corrente no Banco T	R\$	200.000,00
Investimentos em Poupança:	R\$	70.000,00
CDB	R\$	500.000,00
Total	R\$	779.000,00

Gabarito→B

38 Na esfera econômico-financeira, o conceito de liquidez diz respeito à capacidade de solvência de uma empresa no curto prazo. Quando o estoque de uma empresa não é líquido, ou seja, sua conversão em caixa é difícil ou demorada, o índice de liquidez seca apresenta melhores resultados sobre a liquidez geral, se comparado ao índice de liquidez corrente.

Considere-se o seguinte balancete, que foi apresentado pelo contador da Cia. Z S.A.

Balancete da Cia. Z em 31/12/2017

Bancos R\$ 240.000,00

Caixa R\$ 20.000,00

Capital Social R\$ 125.000,00

Clientes – Curto Prazo R\$ 38.000,00

Clientes – Longo Prazo R\$ 127.000,00

Empréstimos a pagar – Curto Prazo R\$ 73.000,00

Empréstimos a pagar – Longo Prazo R\$ 118.000,00

Estoques R\$ 275.000,00

Fornecedores – Curto Prazo R\$ 136.000,00

Fornecedores – Longo Prazo R\$ 248.000,00

De acordo com o balancete apresentado pelo contador da Cia. Z S.A., o índice de liquidez seca aproximado da empresa foi de:

- (A) 0,74
- (B) 0,82
- (C) 1,22
- (D) 1,42
- (E) 2,74

Comentários:

$$Liquidez\ Seca = \frac{Ativo\ Circulante - Estoques}{Passivo\ Circulante}$$



Vamos encontrar o total do Ativo Circulante, sem somarmos os estoques, e o Passivo Circulante:

Bancos	R\$240.000,00
Caixa	R\$20.000,00
Clientes – Curto Prazo	R\$38.000,00
Total Ativo Circulante - Sem estoques	R\$298.000,00
Empréstimos a pagar – Curto Prazo	R\$73.000,00
Fornecedores – Curto Prazo	R\$136.000,00
Passivo Circulante	R\$209.000,00
Liquidez Seca = R\$ 298.000/209.000	1,426

Gabarito→D

40 A empresa Produz&Vende S.A. possui uma máquina em sua fábrica de produção, que foi comprada em 02/01/2014 por R\$ 300.000,00. Sabe-se que a depreciação acumulada da máquina é de R\$ 50.000,00. O valor justo da máquina em 31/12/2017 era de R\$ 200.000,00, ao passo que os custos e despesas de venda foram estimados em 20% do valor justo. Seu valor em uso, correspondente ao Fluxo de Caixa Descontado era de R\$ 255.000,00 na mesma data.

Com base nas informações, a empresa Produz&Vende S.A. ao analisar seus dados com relação ao valor recuperável dos ativos, deve

- (A) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.
- (B) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.
- (C) registrar a perda por impairment de R\$ 90.000,00, pois o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.
- (D) registrar a perda por impairment de R\$ 5.000,00, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.
- (E) registrar a perda por impairment de R\$ 140.000,00, pois o valor contábil de R\$ 300.000,00 excede o valor recuperável, que é de R\$ 160.000,00.

Comentários:

Aplicação direta do Teste de Recuperabilidade – CPC 01.

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior)** valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

É simples! Inicialmente faremos alguns cálculos e análises para achar o valor líquido de venda de um ativo e, também, o seu valor em uso. Após, o maior, dentre esses dois valores, será utilizado como valor recuperável.





Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. **(Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)**

Vamos reunir as informações apresentadas na questão e realizar o teste de recuperabilidade:

Custo de aquisição = R\$ 300.000,00
(-) Depreciação acumulada = R\$ 50.000,00
Valor Contábil Líquido = 250.000,00

Valor em uso = R\$ 255.000,00
Valor Líquido de Venda = R\$ 200.000 - 20% = 200.000 - 40.000 = R\$ 160.000,00

Valor Recuperável é o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda, isto é, R\$ 255.000,00.

Visto que o valor recuperável é MAIOR do que o valor contábil líquido, a entidade não registrar a perda por impairment no período

Gabarito→A

2 QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS

21. Uma entidade precisa aplicar uma nova política contábil. Todavia, não pode determinar o efeito cumulativo da aplicação da política a todos os períodos anteriores.

Dessa forma, segundo o pronunciamento técnico CPC 23, que trata das políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a nova política contábil deve ser aplicada

(A) retrospectivamente a todos os períodos, considerando-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores.

(B) prospectivamente desde o início do período mais antigo praticável, ignorando-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores.

(C) inicialmente a partir do período atual, mesmo que seja praticável aplicar, de forma prospectiva, a nova política a qualquer período anterior.

(D) a partir do período atual, ignorando-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores.

(E) retrospectivamente a todos os períodos, ignorando-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores.

27. J atua em determinada companhia no setor de acompanhamento do mercado acionário. A companhia resolve emitir ações preferenciais sem direito a voto. Nesse caso, de acordo com a Lei no 6.404/1976, somente serão tais ações admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários, se a elas for atribuída pelo menos uma de um conjunto de preferências ou vantagens.

Uma delas é o direito de participar do dividendo a ser distribuído, calculado segundo critério definido na mesma norma, correspondente a, pelo menos,

(A) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício por tempo de serviço

(B) 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício

(C) 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício

(D) 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício

(E) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício

28. P é Contador e coordena um grupo que deve organizar, nos termos da Lei no 6.404/1976, a fixação do preço de emissão das ações sem valor nominal de determinada companhia, diante de aumento de capital. Nos termos da Lei referida, caberá a fixação do preço à

(A) Presidência

(B) Assembleia-geral

(C) Diretoria

(D) Comissão de Valores Mobiliários

(E) Secretaria-Geral



29 O senhor P deseja constituir uma companhia. Nos termos da Lei no 6.404/1976, a constituição dessa companhia depende do cumprimento de requisitos preliminares, sendo um deles a

- (A) subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- (B) realização, como entrada, de cinco por cento, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.
- (C) subscrição, pelo menos por três pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- (D) realização, como entrada, de dois por cento, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.
- (E) subscrição, pelo menos por quatro pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.

30 Em 01/01/2017, o saldo do Patrimônio Líquido da Companhia NA S.A. era de R\$ 300.000.000,00. Ao longo do ano de 2017, seu Patrimônio Líquido apresentou as seguintes mutações:

- 01/05/2017 - Incorporação das Reservas já existentes ao Capital: R\$ 5.000.000,00
- 01/06/2017 - Compra de ações da própria Companhia: R\$ 1.000.000,00
- 01/07/2017 - Integralização de Capital em dinheiro: R\$ 15.000.000,00
- 31/12/2017-Lucro Líquido do Período: R\$ 40.000.000,00, sendo 25% destinados para os dividendos obrigatórios a serem pagos em 2018, e o restante para as Reservas de Lucro.

No fechamento do exercício, em 31/12/2017, o saldo do Patrimônio Líquido, em reais, foi de

- (A) 344.000.000,00
- (B) 345.000.000,00
- (C) 346.000.000,00
- (D) 349.000.000,00
- (E) 354.000.000,00

31 A Companhia Vende Mais, uma revendedora de móveis localizada na cidade do Rio de Janeiro, detinha, em 31 de dezembro de 2017, um total de estoques de R\$ 50.000,00. Devido à crise que se instalou na cidade, em 4 de fevereiro de 2018, a Companhia conseguiu vender R\$ 10.000,00 desse estoque. Sabe-se que a administração da Companhia tem até o dia 14 de janeiro de 2018 para concluir as demonstrações contábeis do período finalizado em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de janeiro de 2018, a diretoria autorizou a emissão das demonstrações contábeis. A assembleia geral dos acionistas (AGO) realizada em 17 de fevereiro de 2018 aprovou as demonstrações contábeis, as quais foram arquivadas à agência reguladora em 27 de fevereiro de 2018.

Qual deve ser a posição da Companhia com relação à venda de parte do estoque no que tange aos eventos subsequentes?

- (A) As demonstrações contábeis de 2017 não devem ser ajustadas, pois, mesmo a venda de parte do estoque sendo um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis por conta de sua natureza, o mesmo aconteceu após o fechamento do exercício de 2017.
- (B) As demonstrações contábeis de 2017 não devem ser ajustadas, pois, mesmo a venda de parte do estoque sendo um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis



por conta de sua natureza, o mesmo aconteceu após as demonstrações terem sido autorizadas para emissão.

(C) As demonstrações contábeis de 2017 devem ser ajustadas, pois a venda de parte do estoque é um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis por conta de sua natureza e aconteceu antes das demonstrações contábeis terem sido aprovadas pela AGO.

(D) As demonstrações contábeis de 2017 devem ser ajustadas, pois a venda de parte do estoque é um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis por conta de sua natureza, e aconteceu antes das demonstrações contábeis terem sido arquivadas à agência reguladora.

(E) As demonstrações contábeis de 2017 devem ser ajustadas, pois a venda de parte do estoque é um evento que origina ajustes nas demonstrações contábeis, por conta de sua natureza, independente do período de ocorrência do evento.

32 A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

- (A) 50.000,00
- (B) 60.000,00
- (C) 260.000,00
- (D) 310.000,00
- (E) 410.000,00

33 Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 09, a Demonstração do Valor Adicionado é formada por duas partes: a primeira, responsável por apresentar de forma detalhada a riqueza criada pela entidade, e a segunda, que apresenta de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída.

Associe os principais componentes da segunda parte da DVA com as informações que constam em cada componente e que estão apresentadas a seguir.

- | | |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------|
| I – Pessoal | P - Aluguéis |
| II – Impostos, Taxas e Contribuições | Q - Lucros Retidos |
| III – Remuneração de Capital de Terceiros | R - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica |
| IV – Remuneração de Capital Próprio | S - Energia Elétrica |
| | T - 13o Salário |



As associações corretas são:

- (A) I - P , II - R , III - S , IV - T
- (B) I - R , II - Q , III - P , IV - T
- (C) I - R , II - Q , III - S , IV - T
- (D) I - T , II - R , III - P , IV - Q
- (E) I - T , II - R , III - S , IV - Q

36 A Companhia TributaPetro S.A. está fechando seu exercício social de 2017, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 300.000,00

Adições Temporárias: R\$ 30.000,00

Adições Definitivas: R\$ 20.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 10.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 50.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32 (itens 71 e 74).

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

- (A) 91.800,00 e 10.200,00
- (B) 91.800,00 e 3.400,00
- (C) 98.600,00 e 3.400,00
- (D) 98.600,00 e 6.800,00
- (E) 108.800,00 e 6.800,00

37 Ao elaborar sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, a NE S.A. apurou alguns saldos de suas contas:

- Dinheiro em caixa: R\$ 9.000,00
- Conta Corrente no Banco T: R\$ 200.000,00
- Investimentos em Poupança: R\$ 70.000,00
- Contas a Receber de Clientes, com vencimento em 7 dias: R\$ 90.000,00
- CDB - Certificado de Depósito Bancário, com 30 dias de carência: R\$ 500.000,00
- Contas a Receber de Clientes, com vencimento em 80 dias: R\$ 400.000,00
- Fundos de Investimentos, com 5 anos de carência: R\$ 8.000,00

Sendo assim, para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o total a ser apresentado como Caixa e Equivalentes de Caixa, em reais, é de

- (A) 209.000,00
- (B) 779.000,00
- (C) 869.000,00
- (D) 1.269.000,00
- (E) 1.277.000,00

38 Na esfera econômico-financeira, o conceito de liquidez diz respeito à capacidade de solvência de uma empresa no curto prazo. Quando o estoque de uma empresa não é



líquido, ou seja, sua conversão em caixa é difícil ou demorada, o índice de liquidez seca apresenta melhores resultados sobre a liquidez geral, se comparado ao índice de liquidez corrente.

Considere-se o seguinte balancete, que foi apresentado pelo contador da Cia. Z S.A.

Balancete da Cia. Z em 31/12/2017

Bancos R\$ 240.000,00

Caixa R\$ 20.000,00

Capital Social R\$ 125.000,00

Clientes – Curto Prazo R\$ 38.000,00

Clientes – Longo Prazo R\$ 127.000,00

Empréstimos a pagar – Curto Prazo R\$ 73.000,00

Empréstimos a pagar – Longo Prazo R\$ 118.000,00

Estoques R\$ 275.000,00

Fornecedores – Curto Prazo R\$ 136.000,00

Fornecedores – Longo Prazo R\$ 248.000,00

De acordo com o balancete apresentado pelo contador da Cia. Z S.A., o índice de liquidez seca aproximado da empresa foi de:

(A) 0,74

(B) 0,82

(C) 1,22

(D) 1,42

(E) 2,74

40 A empresa Produz&Vende S.A. possui uma máquina em sua fábrica de produção, que foi comprada em 02/01/2014 por R\$ 300.000,00. Sabe-se que a depreciação acumulada da máquina é de R\$ 50.000,00. O valor justo da máquina em 31/12/2017 era de R\$ 200.000,00, ao passo que os custos e despesas de venda foram estimados em 20% do valor justo. Seu valor em uso, correspondente ao Fluxo de Caixa Descontado era de R\$ 255.000,00 na mesma data.

Com base nas informações, a empresa Produz&Vende S.A. ao analisar seus dados com relação ao valor recuperável dos ativos, deve

(A) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.

(B) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.

(C) registrar a perda por impairment de R\$ 90.000,00, pois o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.

(D) registrar a perda por impairment de R\$ 5.000,00, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.

(E) registrar a perda por impairment de R\$ 140.000,00, pois o valor contábil de R\$ 300.000,00 excede o valor recuperável, que é de R\$ 160.000,00.



3 MAPAS MENTAIS

